

ACTA NÚMERO 71

ACTA DA V SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE DOIS MIL E ONZE, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE ¹

— Aos **dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e onze**, em Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, iniciou-se a **V Sessão Ordinária da Assembleia Municipal**, pelas catorze horas e cinquenta minutos. —

— Procedeu-se à **chamada dos autarcas**, tendo-se registado as seguintes **presenças**: Carlos Alberto Salvador Pernes, Presidente da Mesa, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, que assumiu interinamente o cargo de Segunda Secretária da Mesa, na falta justificada de Irina Nöel Matias Batista, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Sílvia Arminda Calado Frazão, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Nelson Pinheiro da Silva Lopes e Paulo Jorge Custódio Pinto, todos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Dora Isabel Lúcio Morgado, Sónia Patrícia da Silva Ferreira e Nuno Manuel David Ganhão Vieira, eleitos pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, Joaquim Manuel Louro Cabeça, Bernardo António Serra Palheta e Vânia Sofia Semeano Castanheiro, eleitos pelo Partido Socialista, Hélder Manuel de Oliveira Agapito, do Bloco de Esquerda e Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, eleita pelo Centro Democrático Social/Partido Popular. Esteve, também presente, o membro nato da Assembleia, Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, eleito pela Coligação Democrática Unitária. Os autarcas, Irina Nöel Matias Batista, José Miguel Martinho Pastoria de Azevedo e Catarina Martins de Matos, todos da Coligação Democrática Unitária comunicaram antecipadamente as suas ausências, por período inferior a trinta dias, e foram substituídos, nos termos legais e regimentais aplicáveis, respetivamente, por Eurico Manuel da Silva Leitão, Fátima Vera Gameiro da Silva e Joaquim Salvador Rodrigues Oliveira, membros, também, presentes. O membro nato da Assembleia, Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista faltou, fazendo-se substituir pelo seu representante legal, Secretário, Nuno Miguel Semeano Gaspar. Maria Leonor Carapinha Rodrigues

¹ O presente documento está redigido conforme o Novo Acordo Ortográfico.

Parracho Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, eleita pela Coligação Democrática Unitária e Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, comunicaram previamente as suas ausências, não tendo sido legalmente representados. Registou-se a falta do autarca António José Bastos de Oliveira Martinho, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. —

— **O Presidente da Mesa verificou, assim, haver quórum, sendo que os trabalhos iniciaram-se e decorreram na presença de vinte e dois autarcas.** —

— E, em seguida, comunicou o pedido do Executivo Municipal, solicitando a autorização do plenário da Assembleia, para a **inclusão de dois pontos extra na Ordem de Trabalhos da corrente sessão**, cuja documentação de apoio já havia sido distribuída aos autarcas, **identificando-os: PONTO EXTRA N.º UM – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO, DE CURTO PRAZO, EM DOIS MIL E DOZE, ATÉ AO MONTANTE DE SETECENTOS E CINQUENTA MIL EUROS E PONTO EXTRA N.º DOIS – CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS ECONÓMICOS DE DOIS MIL E DOZE A DOIS MIL E QUINZE. A inclusão dos pontos extra foi aceite, implicando a renumeração da Ordem de Trabalhos da presente sessão, passando, respetivamente, os mesmos a serem os pontos números seis e sete e o antecedente ponto número seis a ponto número oito.** —

— Ao que o **Presidente da Assembleia** chamou a atenção dos autarcas para a **documentação constante das pastas individuais**, mencionando sumariamente a **correspondência remetida e expedida e pôs a mesma a consulta** dos autarcas. —

— Seguiu-se a **apreciação da Ata da II sessão extraordinária da Assembleia Municipal, do dia dezoito de Novembro do ano de dois mil e onze, solicitando o Presidente da Mesa, a dispensa da sua leitura, o que foi aceite**. Foram feitas correcções e retificações, as quais foram aceites pela Mesa e, assim, **foi votada e aprovada por unanimidade.** —

— O **Presidente da Mesa** iniciou, então, o **Período de Antes da Ordem do Dia**, solicitando inscrições para uso da palavra e fixando que, entretanto, deveriam ser entregues na Mesa os documentos a sujeitar a votação, apresentados pelas diversas

forças político-partidárias com assento na Assembleia, mencionando que a sua leitura deveria ser feita por cada um dos proponentes, após as intervenções iniciais e respetivas respostas do Presidente do Executivo Municipal. —————

— Dada a palavra ao plenário da Assembleia, **inscreveram-se os seguintes autarcas: Sílvia Frazão, Joaquim Cabeça, Ana Carla Gonçalves, Dora Morgado, Margarida Netto, Vânia Castanheiro e Nelson Lopes.** —————

— **Sílvia Frazão**, na qualidade de representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no Conselho Nacional de Estatística destacou a realização de recente colóquio no qual se conheceu a posição do município de Benavente, no segundo lugar do sul do país no que respeita aos dados demográficos e procedeu à entrega de documentação conexas ao Presidente da Câmara Municipal. —————

— **Joaquim Cabeça** apresentou voto de pesar pela morte prematura do ex-autarca da Assembleia Municipal, Miguel Vasco de Castro Campos. —————

— **Ana Carla Gonçalves** interveio sobre a problemática situação dos serviços de saúde públicos em Benavente, manifestou que apesar do empenhado esforço de todos os autarcas, da Comissão de Utentes de Benavente e dos munícipes, na sua resolução, a situação problemática perdura, sem que as autoridades públicas governamentais a solucionem, continuando as populações a sofrerem diariamente a diminuição dos seus direitos constitucionais, o que considerou injustificado e intolerável. Afirmou a rejeição das posições políticas economicistas assumidas pelo Governo, exortou a Assembleia a reiterar a manutenção de todos os pressupostos das antecedentes tomadas de posição a propósito, na defesa incondicional do Serviço Nacional de Saúde e das unidades de saúde de maior proximidade bem como a tomar posição sobre a política nacional de saúde. —————

— **Dora Morgado** referiu a participação com o autarca Nelson Lopes em seminário promovido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em Vila Franca de Xira, intitulado *Comissão de Proteção – Um Projeto Comum pelos Direitos das Crianças*, concluindo-se pela necessidade de imprimir maior dinâmica ao trabalho das Comissões Alargadas e informou ter merecido destaque como caso exemplar do município de Benavente, nomeadamente a articulação com a Câmara Municipal, no caso do trabalho junto das escolas, através do *Plano Salute*. Remeteu informação pormenorizada para a competente Comissão Permanente da Assembleia. Mencionou, ainda, o funcionamento não satisfatório das *ilhas ecológicas*, que atribuiu a falta de

conduta cívica de alguns munícipes, exemplificou que junto à escola João Fernandes Pratas, em Samora Correia, todas as manhãs são visíveis, depositados na via pública, sacos com resíduos sólidos domésticos, remexidos pelos cães vadios, o que prejudica a higiene pública e concluiu com apelo ao Executivo Municipal para que proceda à avaliação e acompanhamento da situação. —————

— **Margarida Netto** mencionou que por força das suas funções como deputada à Assembleia da República receciona muitas queixas e solicitou melhor atenção da Câmara Municipal sobre as problemáticas dos condicionamentos de trânsito nas principais rodovias do município, em face de obras públicas em curso, da responsabilidade das Estradas de Portugal e da qualidade da água pública, apontado o aspeto amarelado da água e as falhas de abastecimento, afirmando que estas anomalias permanecem não obstante as cuidadas explicações justificativas que o Presidente do Executivo prestou, por diversas vezes, ao órgão deliberativo. —————

— **Vânia Castanheiro** começou por apresentar as saudações natalícias e fez votos que o ano de dois mil e doze trouxesse melhores notícias ao país, reforçou o teor das preocupações manifestadas pela autarca Margarida Netto quanto ao abastecimento público de água e reportou-se aos casos anómalos ocorridos antes no fornecimento externo de refeições nos estabelecimentos de ensino, de responsabilidade municipal, interrogando quanto ao atual ponto de situação, particularizando a situação da freguesia de Santo Estêvão. —————

— Na sua intervenção o autarca **Nelson Lopes** apresentou saudações natalícias e referiu-se a vários assuntos. Reportou-se à questão da segurança pública e destacou o reforço de meios humanos dos dois postos territoriais da Guarda Nacional Republicana, afirmando ser notória a presença dos militares nas ruas, elogiando o trabalho dos novos comandantes e exemplificando com a recente intervenção célere da força policial em caso de assalto à mão armada a instituição bancária na cidade de Samora Correia, coadjuvada por corajoso munícipe. Fez elogio à condução dos trabalhos da última sessão da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, assumida pela Primeira Secretária da Mesa que nessa ocasião assumiu interinamente as funções de presidência da Mesa daquela assembleia intermunicipal. Referiu-se ao lançamento da primeira pedra da obra de construção do novo lar residencial do Centro de Recuperação Infantil de Benavente, obra que considerou que permitirá o acompanhamento da vida das crianças que

servirá, fazendo-as felizes, sublinhando estar em causa uma obra que aproveitou fundos comunitários disponíveis, em parceria com o Município, sendo digno de registo o empenho nesta causa, por parte de todas as entidades responsáveis. Informou que as *ilhas ecológicas* destinadas à deposição de vidros têm uma abertura de dimensão diminuta que dificulta a deposição, sendo visíveis habitualmente vidros quebrados que constituem risco de lesão para os transeuntes. Lamentou a situação tratada pela comunicação social regional relativa ao funcionamento das piscinas municipais de Samora Correia e ao recente episódio de encerramento forçado pela deteção de bactéria, porquanto apesar de ter existido a imediata informação municipal no esclarecimento do incidente, foi transmitida a ideia de que a causa se reportou à atitude descuidada dos utentes idosos na sua higiene pessoal, o que considerou ser ofensivo dos séniores, sobretudo, porque tal ideia decorreu de declarações tomadas aos funcionários municipais e contraria todo o esforço e reconhecimento municipais aos idosos, impondo que se trabalhe na eliminação do estigma injusto que ficou. Quanto ao trabalho desenvolvido nas escolas locais, mencionou que o novo diretor do agrupamento de escolas de Samora Correia, bem como a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens local responsabilizaram em exclusivo os pais das crianças e jovens pelos problemas escolares, o que rejeitou, afirmando que a responsabilidade cabe a todos os agentes da comunidade escolar devendo relacionar-se com maior proximidade. —————

— Interveio, ainda, **Sílvia Frazão** para reforço do reconhecimento da melhoria da atuação das autoridades policiais locais, exemplificando com o caso da tentativa de assalto ocorrida à cerca de quinze dias atrás, com a verificação de pronta resposta. —

— O **Presidente da Mesa da Assembleia** interveio para, no seguimento da intervenção de Nelson Lopes, afirmar que a Primeira Secretária da Mesa na referida assembleia intermunicipal teve uma relevante demonstração de capacidade. —————

— Foi, então, dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para responder. —

— Iniciou por informar que em nome do Município compareceu ao **funeral do ex-autarca Miguel Campos**, apresentando as condolências à sua família. —————

— Acerca da **situação da Saúde** no concelho manifestou a sua profunda preocupação com a proximidade do final do ano perante o silêncio do Governo, apenas fazendo-se o planeamento de ações para o próximo ano, sem que as entidades públicas competentes manifestem disponibilidade para receber e discutir o

assunto com as autarquias locais. Preocupação que foi agudizada porquanto em reunião de ontem com a Autoridade de Saúde Regional terá sido transmitido à Comissão de Utentes de Benavente e ao representante do Conselho Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde que não havia resposta a dar, não havendo informação ou qualquer decisão. Afirmou que será uma calamidade se a unidade de saúde do Porto Alto encerrar. E que a situação que permanece é inaceitável, merecendo a indignação das populações dos municípios de Benavente e de Salvaterra de Magos, por ser inaceitável carregar os hospitais centrais com situações de falsas urgências. Apelou à solidariedade inteira de todos os eleitos no processo de tomada de decisão pelos órgãos autárquicos, a ter lugar com a maior urgência, em representação das nossas gentes. Disse que as entidades públicas centrais competentes não têm consciência da gravidade da situação, já que estão muito distantes das realidades e necessidades locais, assumindo decisões cegas, apenas considerando a contenção orçamental. —————

— Congratulou-se com o reconhecimento do bom exemplo de funcionamento da **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente**, assumindo que tudo será feito para que assim continue, não obstante estarem a ser exercidas ações que vão para além das estritas competências municipais na matéria, atendendo-se especialmente às crianças e às suas famílias. —————

— Sobre a deposição de resíduos nas **ilhas ecológicas** reconheceu a necessidade de se decidir de imediato, porque a atual frequência de recolha não satisfaz, por ser muito espaçada no tempo, acrescentando dificuldades na abertura dos equipamentos. —

— Relativamente aos **condicionamentos do trânsito provocados pelas obras na ponte da Vala Nova**, explicitou que a data prevista de conclusão dos trabalhos, em Novembro do ano em curso, não foi cumprida, o que não derivou das interrupções motivadas pela campanha agrícola do último verão, mas sim tem razão na complexidade técnica dos mesmos, esperando-se que terminem brevemente. Afirmou serem insuportáveis os tempos de espera na travessia da ponte, com graves prejuízos para as pessoas que se deslocam na Estrada Nacional 118. —————

— Reportando-se aos **problemas no abastecimento público de água**, afirmou que a Câmara Municipal tem feito o acompanhamento próximo das situações anómalas e que tem havido uma melhoria substancial da qualidade da água, bem como a diminuição do número de queixas, devido à diminuição da presença de cloro e

consequente precipitação de magnésio na água. Garantiu que a precipitação de magnésio na tubagem dos sistemas públicos de distribuição que ainda se verifica não é prejudicial à saúde humana, conforme controlo analítico realizado. Informou que pediu explicações à empresa intermunicipal responsável sobre a situação anómala verificada na Barrosa. Transmitiu que decorrem, em vários locais, limpezas da rede pública, em zonas terminais, com a introdução de bocas de saída, com a introdução de mais cloro nesses troços e descarga contínua. Disse que é imperioso afirmar a qualidade da água e do serviço público prestado, sendo problema com solução na construção de uma estação de tratamento, prevista no orçamento da empresa intermunicipal gestora para o ano de dois mil e doze, importando o investimento de cerca de seiscentos mil euros. Aludiu a experiência que fez com garrafa de água recolhida na Barrosa, tendo verificado o depósito do manganês após algum tempo, não considerando haver perigo para a saúde pública. Apontou que os serviços e técnicos da Águas do Ribatejo, EIM estão muito mais sensíveis às queixas das autarquias locais e das populações. Informou que as falhas verificadas na distribuição de água resultaram de avarias ou de intervenções de limpeza da rede, em certos troços, sendo que, estatisticamente, os tempos de interrupção diminuiram. —————

— Elogiou a motivação dos comandos e dos operacionais das **autoridades policiais locais** na melhoria da capacidade de resposta, não obstante os ainda poucos recursos disponíveis, manifestando que igualmente relevante é o contributo dos munícipes, tais como as palavras de reconhecimento ditas pela autarca Sílvia Frazão, pois são fonte de motivação dos elementos das forças militares quando na rua são vilipendiados por quem desconhece as dificuldades do seu trabalho. —————

— Tratando do assunto do **fornecimento de refeições escolares** assegurou estar totalmente normalizado, porquanto se dialogou com os pais, se levaram cabo os estudos devidos que impuseram medidas a cumprir, não tendo corrido mais reclamações. —————

— Sobre a notícia que teve por objeto a **interrupção do funcionamento das piscinas municipais de Samora Correia** reconheceu ter acontecido uma situação que magoou a todos enquanto seres humanos e pessoas que desempenham cargos políticos, tratando-se de notícia que releva alguma crueza, dando conta de depoimentos de alguns funcionários municipais que responsabilizaram os seniores e o Programa *Mexa-se Melhor* pelo aparecimento de bactérias. Sobre o que interveio,

também, o **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, afirmando como inaceitável a discriminação e defendendo a continuação da aposta do aludido programa municipal, salvaguardando que as regras de utilização do equipamento desportivo municipal têm que ser respeitadas por todos, crianças, jovens e idosos, havendo que ter prontas as intervenções nos casos em que se detetem, por parte de qualquer dos utentes, alguma situação de incontinência enquanto utilizam as cubas das piscinas, o que exige um acompanhamento contínuo, o qual já foi determinado. —————

— **O Presidente do Executivo** sobre a **problemática escolar** suscitada, informou que o Conselho Municipal de Educação tem prevista a realização de algumas ações, ainda, não calendarizadas, mas que decorrerão entre os dias 16 e 27 de Janeiro próximos, que visam objetivamente aproximar as escolas e os pais/encarregados de educação, reconhecendo que atualmente há alguma indefinição que tem que ser ultrapassada, mas não administrativamente, antes por todos os agentes da comunidade escolar, apelando à consciencialização das responsabilidades dos pais enquanto educadores. —————

— Teve, em seguida, lugar a **leitura de todos os documentos** feitos chegar à Mesa para discussão e votação, a saber: **1.º Voto de Pesar pela Morte do Ex-Autarca da Assembleia Municipal, Manuel Vasco de Castro Campos**; **2. Moção intitulada Condicionamentos nas Obras na Estrada Nacional 118 em Benavente**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **3.º Saudação a Joaquim José Teixeira Semeano, natural do concelho de Benavente, pela distinção com o Prémio Literário Maria Rosa Colaço, atribuído pelo Município de Almada**, apresentada pelos autarcas do Partido Socialista. —————

— Os **documentos 1.º e 2.º foram votados e aprovados por unanimidade**. —————

— Na **discussão do documento 3.º** participaram os autarcas **Margarida Netto, Nelson Lopes, Júlio Rosado e Vânia Castanheiro**. **Margarida Netto** reportou uma imprecisão no texto, ressaltando que o saudado não é natural de Benavente, mas antes da Barrosa ou de Lisboa. **Nelson Lopes** referiu-se a Joaquim Semeano como brilhante professor de Jornalismo, sentindo-se honrado por ter sido seu aluno, jornalista desportivo de exceção ao serviço do jornal desportivo diário nacional *Record*, cuja naturalidade é Lisboa por não haver à data do seu nascimento maternidade no município de Benavente, pessoa que sempre prezou a estreita ligação à sua terra. Mais sugeriu à Mesa que o documento aprovado seja remetido adicionalmente à Sociedade

Portuguesa de Autores, ao Sindicato dos Jornalistas e ao jornal *Record*. **Júlio Rosado** destacou o valor do prémio literário em causa, sublinhando que Maria Rosa Colaço é filha do Alentejo. **Vânia Castanheiro** secundou a intervenção de Nelson Lopes e clarificou que o documento não alude ao seu trabalho notável enquanto jornalista, por Joaquim Semeano se tratar, como sabe com quem ele lida de mais perto, uma pessoa muito simples, sendo os seus méritos jornalístico e literário reconhecidos por todos. **Foi votado o documento, tendo sido aprovado por unanimidade.** _____

— Concluídas a discussão e votação dos vários documentos entregues à Mesa, o **Presidente da Assembleia** abriu o **Período de Intervenção do Público**, sendo que nenhum dos munícipes presentes manifestou vontade de intervir. _____

— A Mesa concedeu, nos termos regimentais aplicáveis, um **intervalo de dez minutos, após o que iniciou-se o Período da Ordem do Dia.** _____

— **PONTO 1 – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA DOIS MIL E DOZE – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea f) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nova barra noventa e nove de dezoito de setembro:** _____

— O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou a proposta de manutenção da taxa de Derrama, justificando com o atual contexto socioeconómico e financeiro, admitindo não existirem grandes expectativas na arrecadação desta receita municipal, em face das sérias dificuldades que o tecido económico local e nacional passam. _____

— **Interveio** na discussão do presente assunto o autarca **Hélder Agapito**, interrogando se as empresas chinesas são sujeitos passivos de derrama, ao que **foi respondido pelo Presidente do Executivo** que esclareceu que se tiverem sede social no Município sujeitam-se a tal imposto, caso contrário haverá a redistribuição do lucro tributável de acordo com a massa salarial dos empregados e a localização. _____

— **Finda a discussão, foi, por unanimidade, deliberado aprovar a Proposta de Lançamento de Derrama para dois mil e doze.** _____

— **PONTO 2 – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES PARA DOIS MIL E DOZE / RENDIMENTOS DE DOIS MIL E DOZE – RECEITA MUNICIPAL EM DOIS MIL E TREZE – Apreciação e eventual autorização, nos termos dos artigos décimo nono, número um, alínea c) e vigésimo, números um e dois e artigo quinquagésimo nono, todos da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de**

janeiro e posteriores alterações (Lei das Finanças Locais), e da alínea e), do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro: _____

— O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou os fundamentos para a proposta da manutenção das taxas aprovadas no ano anterior, afirmando tratar-se de receita imprescindível, em face da diminuição significativa das transferências do Orçamento de Estado, imprescindível para o equilíbrio financeiro corrente. _____

— **Não se registou qualquer intervenção dos autarcas para discussão do ponto. Assim, foi a proposta em título sujeita a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.** _____

— **PONTO 3 – PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE DOIS MIL E DOZE/ALTERAÇÃO – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea o) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro e das disposições conjugadas da alínea a) do número dois do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de setembro e do número três do artigo quinto da Lei número doze-A barra dois mil e oito de vinte e sete de fevereiro:** _____

— O **Presidente do Executivo** transmitiu que o Mapa de Pessoal traduz os postos de trabalhos existentes e os a extinguir, isto porque não há diminuição de despesas correntes sem a diminuição das despesas com o pessoal. Assim, perspetivou que os postos de trabalhos respeitantes a aposentados e a contratos individuais de trabalho a termo certo, não renováveis, sejam extintos, não havendo qualquer possibilidade de assumir novas responsabilidades, sob pena de se entrar em desequilíbrio financeiro. Informou que o Orçamento de Estado obriga a uma redução de um por cento nas despesas com o pessoal no município, o que implica não serem preenchidos os postos de trabalho que vagarão. _____

— Dada a palavra ao plenário da Assembleia, **Nelson Lopes** questionou se nenhum dos contratos a termo será renovado e se isso não prejudicará o funcionamento da autarquia, defendendo a reorganização interna, de forma a assegurar-se a qualidade e eficácia dos serviços municipais. **O Presidente da Câmara Municipal respondeu** que não ocorrerão renovações, salvo situações excecionais e imprevistas, procurando-se

formas de, mediante a mobilidade de funcionários num processo de necessário diálogo, preencher lacunas e necessidades que surjam. _____

— **Terminada a discussão do assunto do presente ponto da ordem do dia, foi a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e doze / Alteração sujeita a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.** _____

— **PONTO 4 – PROPOSTAS DE ORÇAMENTO E DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + AMR) PARA O ANO FINANCEIRO DE DOIS MIL E DOZE – *Discussão conjunta e votação separada* – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro:** _____

— O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou as propostas em discussão e manifestou as suas preocupações em termos de gestão financeira municipal. Referiu-se ao corte em cinco por cento nas transferências do Orçamento do Estado, importando tais transferências, agora, em pouco mais de quatro milhões de euros, inferiores em cerca de dois milhões e cem mil euros às despesas com o pessoal, reportadas estas às remunerações certas e permanentes com recursos humanos. Explicou que este corte é justificado pela consideração de Benavente como um município rico, até agora com importantes receitas próprias provenientes da atividade económica local, que bem se sabe serão significativamente diminuídas em face da atual conjuntura de crise económico-financeira profunda que afeta seriamente os mercados em que se fundam as aludidas receitas próprias. Afirmou que as receitas garantidas são as ditas transferências do Orçamento do Estado, as do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aqui informando que tem a expectativa de ligeiro crescimento da receita, em virtude de existir uma diferença positiva entre a liquidação e a cobrança do imposto, uma vez que as Finanças priorizam a execução fiscal de receita estatal em prejuízo das receitas próprias das autarquias locais. Registou que as propostas estão conformes ao cumprimento estrito e rigoroso das bases orçamentais impostas pelas regras do Programa Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, assentando as previsões da receita e da despesa no cálculo das médias dos anos anteriores, a qual tem vindo a descer, bem como em algumas receitas de capital provenientes do apoio do Quadro de Referência Estratégico Nacional, cujo grau de execução do Município funda a expectativa de aceder-se à criada *Bolsa de Mérito*, oportunidade única que tem que ser inteiramente aproveitada, nomeadamente para se intervir em

termo de requalificação das duas escolas do primeiro ciclo do ensino básico de Benavente e de Samora Correia, obras extraordinariamente importantes para que o parque escolar local possa constituir fator competitivo, havendo que se despoletar os procedimentos de contratação pública e de candidatura ao cofinanciamento comunitário, uma vez que já existe aprovação da Direção Regional de Educação de Lisboa. Acrescentou que a Câmara Municipal terá que acompanhar o esforço das instituições particulares de solidariedade social locais no que respeita a investimentos que possam ser cofinanciados por fundos comunitários, exemplificando com a obra de construção do novo lar residencial do Centro de Recuperação Infantil de Benavente e com a futura obra de construção da nova creche da Creche e Jardim Infantil de Benavente. Disse que as propostas em discussão integram, ainda, outras pequenas obras que correspondem à conclusão de projetos com candidaturas aprovadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, dando exemplos concretos das intervenções municipais. Reportando-se ao apoio previsto para o associativismo municipal registou a restrição desse apoio em cinco por cento. Sobre as responsabilidades financeiras para com as juntas de freguesia disse que registar-se-á o mesmo corte de cinco por cento nas transferências do orçamento municipal. Referiu-se às demais restrições necessárias, a saber: despesas com o pessoal, despesas com combustíveis e lubrificantes. Apresentou medida inovatória que sublinhou não tratar-se de imposição legal, a da cativação de dez por cento de cada rubrica orçamental até à avaliação do comportamento da respetiva receita, o que exige uma atenção permanente à tesouraria municipal, exercício difícil mas necessário. Transmitiu tratar-se o orçamento municipal proposto, o possível na atual conjuntura, prevendo que dois mil e doze seja um ano muito difícil, que existirá grande aleatoriedade na arrecadação das receitas, nomeando as relativas ao Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas e à Derrama e que existem mais de setecentos mil euros por definir, sendo que a Câmara Municipal tem capacidade de endividamento bancário, sendo previsível, também, que haja dificuldades por parte das instituições bancárias, as quais já transpareceram em tentativas falhadas de municípios próximos obterem empréstimo de quantias significativamente menores. Referiu-se ao cenário previsível do rateio entre os municípios respeitante ao endividamento municipal global, o que permitiria a proposta de contratação de empréstimo de médio/longo prazo. Assinalou que recentemente tomou conhecimento do projeto de lei sobre as normas de execução

orçamental, em especial das projetadas regras da cabimentação que a concretizarem-se julga significarem a paralisação de maior parte dos municípios portugueses, uma vez que impõem a prévia garantia da receita como condição de realização da despesa, numa realidade em que há cem municípios perto do colapso financeiro e cento e oitenta têm dívidas a fornecedores com pagamento a mais de noventa dias, com tendência para o agravamento deste estado de coisas, já que a situação económico-financeira do país é de molde a isso. Admitiu que se a equipa executiva não ponderar em cada dia as possibilidades financeiras, existe o sério risco de não haver dinheiro para realizar o indispensável à vida das populações, para as remunerações dos trabalhadores municipais, para a higiene pública, para a iluminação pública, para as refeições escolares, para a conservação e manutenção dos espaços verdes públicos, para os próprios apoios da ação social. Concluindo, disse que o esforço de gestão é muito exigente, havendo que em todos os domínios de atuação se limitem os custos. —————

— Concedida a palavra ao plenário da Assembleia para a discussão conjunta das propostas, usaram da palavra os autarcas **Joaquim Cabeça, Bernardo Serra e Nelson Lopes**. —————

— **Joaquim Cabeça** relembrou sua intervenção em Assembleia Municipal no ano passado em que solicitou a elaboração de pequeno texto introdutório às Grandes Opções do Plano, onde fossem enunciadas as linhas mestras da atuação municipal, de modo a facilitar a sua leitura e compreensão, lamentando que, não obstante a aceitação que tal sugestão continue tal texto a não existir na respetiva proposta ora em discussão, reiterando a sugestão feita. —————

— **Bernardo Serra** intentou a leitura de documento contendo o que a Mesa da Assembleia considerou ser uma declaração de voto, tendo sido solicitado pelo Presidente da Mesa a sua apresentação após a votação separada das propostas, ocorrendo a sua entrega à Mesa para efeitos de expediente da sessão. —————

— **Nelson Lopes** apresentou a sua leitura pessoal dos instrumentos de gestão em discussão e afirmou que a proposta de orçamento municipal traduz a perda significativa de capacidade de investimento, não sendo os eleitos locais os responsáveis por isso, uma vez que o Governo nacional muda as regras do jogo todos os dias, dificultando imenso a gestão municipal, séria, rigorosa e competente, porque se trabalha na indefinição, exemplificando com o modo de transferência dos

montantes decorrentes da liquidação e cobrança centrais dos impostos que constituem receitas municipais, com a pouca diligência na execução fiscal das inerentes dívidas, apontando a conhecida tentativa dos municípios portugueses chamarem à sua responsabilidade tais tarefas, o que considerou que constituirá um benefício para a cobrança efetiva da receita fiscal. Informando que há câmaras municipais que colocaram pessoal seu a fazer o acompanhamento dos procedimentos fiscais nas respetivas repartições locais das Finanças. Considerou uma medida acertada e precavida a da anunciada cativação orçamental. No que apelidou de antecipação quanto à conhecida declaração de voto do Partido Socialista, conhecendo a que foi proferida pela vereadora municipal eleita por tal força política, o autarca reportou-se à motivação aduzida respeitante ao fato da não garantia a todos os alunos do ensino pré-escolar a refeição diária gratuita constituir condicionamento da natalidade no município, adjetivando-a de falaciosa e injusta, entendendo que o Partido Socialista enquanto assumiu o Governo do país contribuiu em grande parte para o atual estado de coisas em termos económico-financeiros e de crise social grave e porque em caso algum a Câmara Municipal deixou ou deixará de justamente atribuir apoios sociais a alunos carenciados. Manifestou opinião que deveriam ser melhorados os procedimentos de atribuição dos apoios da ação social escolar, aplicando maior rigor e poderes de investigação, já que tem por públicas manifestas situações de abuso, situações em que as pessoas utilizam esquemas legais ou reportam situações não reais para conseguirem as necessárias declarações da Segurança Social e publicamente exteriorizam um modo de vida que não evidencia qualquer dificuldade de ordem financeira, considerando existir o dever público de serem tais pessoas denunciadas às entidades públicas competentes, pela injustiça e até ilegalidade das suas condutas em prejuízo daqueles outros verdadeiramente carenciados. —————

— **Em resposta aos autarcas intervenientes, o Presidente da Câmara Municipal** começou por pedir desculpas pelo não cumprimento do compromisso assumido na sequência de anterior intervenção de Joaquim Cabeça, assumindo corrigir tal falta, considerando ser tarefa fácil traduzir em texto a explicitação que antes fez ao plenário da Assembleia, correspondente ao solicitado. Expressou que as suas preocupações são outras, mais sérias, afirmando que o ano de dois mil e onze foi o mais difícil da sua longa vida autárquica, nada de melhor esperando do próximo ano, estando verdadeira e inteiramente empenhado na exigência do trabalho que se lhe impõe

diariamente. Depois, enunciou que é do conhecimento de todos os autarcas que em nome do sigilo fiscal, os municípios, contraditoriamente, por serem o poder político ou público mais próximo das pessoas e por isso podendo dar um contributo essencial no combate à evasão e fraude fiscais, estão impedidos de conhecer a relação da liquidação dos impostos que constituem suas receitas próprias, não sabendo quem cumpriu ou não as suas obrigações fiscais, o que bastaria para a maior justiça na atribuição dos apoios sociais e para, com justificação, exigir-se junto das Finanças a devida diligência nos processos de execução fiscal. Exemplificou este estado de coisas com situação recente em que teve a boa surpresa da restituição de cerca de noventa mil euros por conta da liquidação e cobrança do Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas. Reportou-se, ainda, ao bom exemplo da Espanha, país onde as associações de municípios detêm competências legais na cobrança dos impostos que são receitas municipais, informando acerca do entusiasmo que o atual Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, revelou aquando de visita conjunta com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses a tal país, em que tomou conhecimento dessa realidade, esperando agora que o Governo responda afirmativamente ao repto da mesma associação nacional, de ser alargada a experiência política que já decorre em dois casos no centro e no norte do país, reportada ao nível intermunicipal, reforçando-se as competências legais das comunidades intermunicipais, de modo a que possam ser os polos aglutinadores, com benefício de economias de escala. _____

— Após a discussão conjunta das propostas insertas no presente ponto, decorreram as suas **votações em separado**. _____

— **A proposta de Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e doze foi votada, na presença de vinte e dois autarcas, e aprovada por maioria de treze votos a favor, dos autarcas da Coligação Democrática Unitária, com quatro votos contra, dos autarcas do Partido Socialista e cinco abstenções, dos eleitos do Bloco de Esquerda, do Centro Democrático Social/Partido Popular e do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.** _____

— **As Grandes Opções do Plano (PPI+AMR) para o ano financeiro de dois mil e doze foi votada, na presença de vinte e dois autarcas, e aprovada por maioria de treze votos a favor, dos autarcas da Coligação Democrática Unitária, com quatro votos contra, dos eleitos do Partido Socialista e cinco abstenções, dos eleitos**

do Bloco de Esquerda, do Centro Democrático Social/Partido Popular e do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.

— Foi apresentada declaração de voto pelos autarcas do Partido Socialistas que é anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

— PUNTO 5 – ALIENAÇÃO DE LOTE DE TERRENO, DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL – LOTE TRÊS DO BAIRRO 1.º DE MAIO, PORTO ALTO, FREGUESIA DE SAMORA CORREIA- DISPENSA DE HASTA PÚBLICA – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea r) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de janeiro:

— O Presidente da Câmara Municipal esclareceu a proposta, remetendo para a sua documentação de apoio que teve por suficiente e completa.

— Não se registou qualquer intervenção dos autarcas para discussão do ponto. Assim, foi o pedido de dispensa da realização de hasta pública em causa foi sujeito a votação e aprovado, por unanimidade.

— PUNTO 6 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO, DE CURTO PRAZO, EM DOIS MIL E DOZE, ATÉ AO MONTANTE DE SETECENTOS E CINQUENTA MIL EUROS – Apreciação e eventual autorização, nos termos do disposto nos números três e sete do artigo trigésimo oitavo da Lei número dois barra dois mil e sete e respetivas alterações (Lei das Finanças Locais):

— Concedida a palavra ao Presidente do Executivo Municipal, este informou que se trata de pedido de autorização similar a outros feitos em anos anteriores, estando em causa a resposta a problemas de tesouraria, advenientes do recebimento faseado das tranches respeitantes ao Imposto Municipal Sobre Imóveis (em maio e setembro), visando o pagamento atempado aos fornecedores, ocorrendo a sua amortização integral no ano de dois mil e doze.

— Intervieram na discussão do presente assunto, os autarcas Nelson Lopes e Bernardo Serra. Nelson Lopes interrogou se tinham existido dificuldades na obtenção de propostas das instituições bancárias, no que foi imediatamente esclarecido pelo Presidente do Executivo Municipal que ainda não tinha ocorrido qualquer consulta ao mercado, uma vez que se impõe num momento prévio a obtenção de autorização do órgão deliberação. Bernardo Serra questionou quanto à

cativação de dez por cento no orçamento municipal e às suas implicações na contratação do empréstimo bancário em discussão, tendo sido respondido pelo **Presidente da Câmara Municipal** que esclareceu que não existe cativação orçamental quanto a investimento, mas antes apenas quanto às despesas correntes, excluindo despesas com remunerações do pessoal, importando globalmente em oitocentos mil euros, cativação que apenas perdurará até à avaliação do comportamento da receita, não constituindo, em qualquer caso, contrapartida. **Nelson Lopes** indagou se a consulta ao mercado ocorrerá já no próximo ano, no que foi respondido que a consulta ao mercado poderá entretanto dar-se até ao final do corrente ano, contudo, a contratação do empréstimo só ocorrerá no próximo ano. —

— **Terminada a discussão, o presente ponto da ordem de trabalhos foi sujeito a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.** —

— **PONTO 7 – CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS ECONÓMICOS DE DOIS MIL E DOZE A DOIS MIL E QUINZE –** **Apreciação e eventual autorização para a repartição plurianual de encargos, nos termos dos números um e seis do artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho:** —

— O **Presidente da Câmara Municipal** teceu breves considerações sobre a contratação pública em causa, reportando para a documentação de suporte e formulando o pedido de autorização para a repartição plurianual de encargos. —

— **Não se registou qualquer intervenção dos autarcas para discussão do ponto. Assim, foi o pedido de autorização em título sujeito a votação e aprovado, por unanimidade.** —

— **PONTO 8 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL –** **Apreciação de informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município, nos termos da alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro:** —

— O **Presidente da Câmara Municipal** informou a situação financeira atual do Município, indicando as respetivas taxas de execução das receitas e das despesas, sublinhando o esforço para não se incorrer em atrasos de tesouraria, bem como as já

aludidas preocupações e cautelas na gestão financeira. Colocou-se à disposição dos autarcas para qualquer esclarecimento adicional à informação escrita prestada. —

— **Inscreveram-se para discutir** o presente ponto, os autarcas **Joaquim Cabeça Dora Morgado e Nelson Lopes**. —

— **Joaquim Cabeça** referiu-se ao quadro resumo das receitas e das despesas, classificação 07, registando decréscimo da receita, interrogando a razão de ser. —

— **Dora Morgado** solicitou informação acerca da data de conclusão da obra de construção da circular externa de Samora Correia, almejando implicar a mesma o desvio do trânsito pesado do interior da cidade e ponto de situação quanto à execução da obra de construção do Centro Escolar do Poto Alto, indagando para quando a sua conclusão e entrada em funcionamento. Congratulou-se pela conclusão da obra de repavimentação da Rua dos Operários Agrícolas, em Samora Correia. —

— **Nelson Lopes** iniciou por informar sobre a situação da iluminação pública estar acesa muitas horas durante o dia, o que considerou escusado, dando o exemplo de que no esforço de poupança se desinvestiu seriamente nas iluminações natalícias. Após o que apresentou sugestão de realização de campanha de sensibilização para a utilização cívica das *ilhas ecológicas*, nomeadamente emitindo-se circular aos estabelecimentos de restauração e de bebidas e similares visando a deposição de resíduos orgânicos nos contentores. Informou considerar existir no relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente referência discriminatória, quando refere o acompanhamento a família de etnia cigana, etnia que deve ser tratada como igual, em direitos e deveres legais. Depois, reportou que não está sinalizada a ocupação de via pública por realização de obra particular, na Rua da Misericórdia, em Samora Correia. E comunicou que no cruzamento da Rua Cândido dos Reis com a Avenida O Século, na mesma cidade, há um espelho que urge regular. Congratulou-se com a obra de construção da circular externa de Samora Correia, esperando que seja decisiva para o necessário desvio do trânsito pesado do interior da cidade, expressando que deve ser colocada sinalização proibitiva de circulação, mesmo que para o efeito as autarquias locais, junto das Estradas de Portugal, acordem para a concretização da desclassificação da Estrada Nacional em toda a extensão do atravessamento que faz à malha urbana da cidade. Fez alerta sobre espetáculo de angariação de fundos, permitido realizar, por cedência do equipamento municipal do Centro Cultural, ao qual foi associada a Associação de Pais e Alunos do Agrupamento

de Escolas de Samora Correia, que deu o seu nome, promovido e organizado por privado que vendeu bilhetes sem emissão de recibos, vendeu mais lugares que os disponíveis, tendo ocorrido agressões entre familiares de crianças participantes, entendendo que a Câmara Municipal deve previamente acautelar-se, sob pena de ser conectada com situações menos claras, como o caso concreto, de verdadeira burla. —

— **O Presidente da Câmara Municipal passou a responder aos intervenientes.** —

— Confirmou que a questão identificada por Joaquim Cabeça decorre essencialmente de atrasos no acerto e regularização de contas com a Eletricidade de Portugal. Transmitiu que, de acordo com os prazos contratuais, a obra de construção do Centro Escolar do Porto Alto, seria concluída em fevereiro de dois mil e doze, contudo, o empreiteiro está empenhado em antecipar esse prazo para meados de janeiro próximo. Reconheceu que as ineficiências da rede de iluminação pública significam encargos escusados do Município, tendo sido realizada uma reunião com o diretor do Centro Distrital de Santarém da Eletricidade de Portugal, com a entrega de um dossier contendo estudo de redução de custos com iluminação pública, e com solicitação para a instalação de relógios astronómicos, inevitáveis, como formas a obviar ao aumento exponencial do Imposto Sobre o Valor Acrescentado aplicável. Referiu a necessidade de executar levantamento das situações periféricas e urbanizações não ocupadas, bem como de cartografar as lâmpadas a desligar. Informou que está em curso trabalho de levantamento de necessidades no domínio do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, com a revisão e a redução dos atuais cinco circuitos de recolha, com o fito de manter os padrões de qualidade e eficiência do serviço prestado, com necessidade de melhorias pontuais, nomeadamente em Samora Correia, com a promoção da deposição dos resíduos *verdes* (empresa privada apresentou disponibilidade para recolha e deposição em aterro sem custos), com a auscultação e a articulação com as juntas de freguesia, com a previsão de implementação dos novos circuitos de recolha a partir de janeiro próximo, com o desenvolvimento simultâneo de campanhas de informação e de sensibilização junto das populações, esclarecendo as responsabilidades legais e as sanções aplicáveis em caso de desrespeito das regras, perspetivando-se, a final, a libertação de alguns recursos municipais a reafectar. Esclareceu que a referência expressa a etnia cigana corresponde objetivamente ao conceito técnico de etnia, no âmbito da ação social, não possuindo qualquer significado pejorativo ou discriminatório, antes positivamente diferenciando a

identidade e individualidade cultural em causa, como instrumento de integração na sociedade portuguesa que tem que ser necessariamente acompanhada e estimulada. Negou o rumor público que a Câmara Municipal instalou em habitações de membros de etnia cigana quaisquer sistemas de maior comodidade e conforto. Registou esperar que com a construção da circular externa de Samora Correia seja a solução para o problema do trânsito de veículos pesados no interior da cidade, assinalando ser o modelo a seguir uma questão aberta à discussão. Relativamente ao incidente do espetáculo de angariação de fundos no Centro Cultural de Samora Correia, assegurou que os pedidos formulados e a relação que a Câmara estabeleceu foi sempre diretamente com a aludida associação de pais e alunos, e só após o evento é que conheceu que assim não foi e que a organização do mesmo foi encabeçada por privado e demais situações anómalas relatadas, entendendo houve ligeireza de alguns reesposáveis dessa associação, o que não será permitido mais. Reconheceu que não podem permitir-se situações que fujam do controlo municipal. —————

— Após o que o **Presidente da Assembleia** dispensou a presença dos membros da Câmara Municipal, **deu por terminada a discussão da Ordem do Dia e anunciou a votação das minutas das deliberações dos Pontos Um, Dois, Três, Quatro, Cinco, Seis e Sete da Ordem de Trabalhos, todas aprovadas, por unanimidade.** —

— Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente sessão, às dezoito horas e trinta minutos do dia dezassete de Dezembro de dois mil e onze, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente **Ata, que apreciada por todos os membros, foi posta a votação e aprovada, por unanimidade**, sendo rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal. —————

A Primeira Secretária

O Presidente,

A Segunda Secretária